

Jacques Derrida. 2001. *L'Université Sans Condition*. Paris: Galilée. 79 pp. ISBN: 9-782718605708.

Em Abril de 1983, Jacques Derrida pronunciou uma lição inaugural na Universidade de Cornell, com o título 'The Principle of Reason: The University in the Eyes of its Pupils' que foi publicada, nesse mesmo ano, na revista *Diacritics*. Traduzido em castelhano, no ano seguinte, por B. Mazzoldi e R. P. Díaz, para o número 3 da Revista *Nomade* na Colômbia ('El Principio de la Universidad: La Universidad en los Ojos de sus Pupilos/as'), o texto só veio a ser publicado em francês em 1986, no número dois do *Cahier du Collège Internacional de Philosophie* – instituição em cuja criação o autor teve um papel determinante – para, finalmente, fazer parte do livro *Droit à la Philosophie* de 1990, com o título 'Les Pupilles de l'Université: Le Principe de Raison et l'Idée de l'Université'.

A história desta lição ilustra, de alguma forma, a história da circulação do pensamento de Jacques Derrida, a sua receptividade nos Estados Unidos, perante a resistência (o silêncio) das universidades europeias, a criação de uma instituição independente da universidade francesa – o Colégio Internacional de Filosofia – e também alguns dos traços que caracterizam a reflexão sobre aquilo a que o autor chamou a 'ideia de universidade'. Em 1983, o 'desconstrucionismo' afirmava-se nos Estados Unidos perante uma chuva de ataques entre os quais se contava a acusação de ser um movimento que era defendido, dentro da Universidade, por homossexuais e feministas, o que fazia dele e nas próprias palavras de Derrida, um 'movimento assexuado'. Ao longo dos anos oitenta, foi acusado em nome do seu 'niilismo', da sua 'irracionalidade', do seu 'obscurantismo' e, neste sentido, a conferência é ainda uma resposta a estes ataques. Neste texto, tão marcado pelo espaço para o qual foi destinado, Jacques Derrida reivindica o direito a pôr questões, todas as questões, mesmo aquelas que não são habitualmente postas dentro da Universidade.

'Tanto quanto sei ('à ma connaissance'), nunca se fundou um projecto de Universidade contra a razão' (*La Force de la Loi*; p.470) – escreve o filósofo – o que implica uma responsabilidade (uma resposta a este apelo), o que não é razão para não se interrogar o fundamento do princípio da razão que, por

sua vez, é, ele próprio, um princípio de fundamento. A fidelidade ao princípio da razão implica, pois, a questionação da razão da razão, digamos da própria Universidade.

'O Princípio da Razão e a Ideia de Universidade' é um texto que se espria subtilmente, como se houvesse ainda tempo para reflectir sobre o que é investigação científica fundamental e orientada ('finalisée'), cuja dualidade se desconstrói, bem como a oposição fundamental entre constativo e performativo, feita por Austin, central no pensamento de Derrida, a partir de um texto de 1972, 'Signature, Événement, Contexte', publicado em *Marges – de la Philosophie*.

Em Abril de 1998, Jacques Derrida fez uma conferência na Universidade de Stanford, cujo título francês foi 'L'Avenir de la Profession ou L'Université sans Condition (grâce aux «Humanités», ce qui pourrait avoir lieu demain)', editada em livro três anos mais tarde. Dezasseis anos volvidos, o ponto de partida é ainda o mesmo (uma certa ideia de Universidade, herdade do Iluminismo), mas o livro tem quase um tom apocalíptico, ditado, porventura, por uma aceleração vertiginosa que alguns escolhem para caracterizar o tempo em que vivemos. Incorpora também um conjunto de reflexões que têm caracterizado a evolução mais recente do pensamento de Jacques Derrida: a separação entre justiça e direito, os motivos do dom, do perdão, da hospitalidade, da amizade, da profissão de fé. A obra de Jacques Derrida só pode ser analisada como um conjunto de reenvios, em que cada texto só pode ser compreendido dentro de uma obra que se constantemente se relê a ela própria, num jogo infinito de diferenças. No entanto, sendo assim, há qualquer coisa de irredutível neste livro, algo de novo que faz com que os problemas antigos sejam colocados de uma outra forma tão radical que o texto pode ser lido como uma provocação. Já não é uma conferência que se interroga sobre o seu próprio estatuto, como acontece em muitos dos textos de Derrida, que sabe que falar é sempre uma interrogação acerca do lugar de onde se fala. O texto vai mais longe, vai muito longe, vai mesmo até ao limite, porque esbarra com a ignorância sobre si próprio: 'Não sei sobretudo qual é o estatuto, o género ou a legitimidade do discurso que acabo de vos dirigir. É académico? É um discurso acerca do saber nas Humanidades ou sobre o assunto das Humanidades? É somente uma profissão de

fé performativa? Pertence ao interior da Universidade? É filosofia ou literatura? Ou teatro? É uma obra ou uma aula ('un cours'), ou uma espécie de seminário?' (p.79).

A tentação de responder a estas questões é óbvia, tanto mais que o filósofo devolve a pergunta aos ouvintes (aos leitores), afirmando que, tendo ele próprio formulado algumas hipóteses sobre o assunto, devem ser os outros a decidir. 'Os signatários são também os destinatários' – escreve. O círculo fecha-se: falar do texto é ser-se envolvido por ele próprio, é responder a um apelo, é ser-se levado a fazer também uma profissão de fé na Universidade ou nas Humanidades que hão-de chegar. O livro pode ser lido como uma utopia, um não lugar que, pela sua própria existência enquanto texto, encerra em si o poder de se transformar num acontecimento. Jacques Derrida não fala da Universidade que existe, mas da sua 'essência professada' em nome da verdade.

A 'Universidade sem condição' é, para Derrida, 'o direito primeiro de poder dizer tudo, mesmo que seja em nome da ficção e da experimentação do saber, de o poder dizer publicamente, de o publicar' (p.16). A desconstrução passa a ser um lugar de resistência, um princípio que, analogicamente, pode ser visto como um lugar de desobediência civil. O livro transforma-se, assim, num manifesto cuja violência nasce do facto de reivindicar a liberdade de crítica e a Universidade (e dentro desta as Humanidades) enquanto fidelidade ao saber ('foi au savoir') e esta será a sua dimensão constativa e enquanto profissão de fé no saber, ou seja, na sua dimensão performativa. Mas o desafio é ainda outro.

A interrogação sobre o que é ser professor (um ofício e uma profissão) ocupa o segundo capítulo da obra: 'professar ou ser professor (...) era, sem dúvida, produzir e ensinar um saber professando, isto é, prometendo tomar uma responsabilidade que não se esgota no acto de saber ou de ensinar' (p.40). No entanto, esta dupla actividade do professor é agora posta em causa pelo aparecimento do professor que escreve uma obra, que a assina – um professor que é um autor – o que remete para o aparecimento de umas novas Humanidades.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da história do trabalho, à sua laicização no quadro do Humanismo, à sua evolução mais recente, aflorando questões acerca da sua

precariedade, a sua virtualização, o seu eventual fim, mas é no capítulo final que o carácter programático deste livro, anunciado desde o início, encontra a sua concretização. Escrito a partir de uma ideia de Universidade, de uma Universidade que existiu como princípio ou como ideia, sem existir de facto, que se pode encontrar fora dela própria, este texto apresenta um projecto de estudo para as Ciências Humanas, formulando seis teses ou seis profissões de fé, a que se acrescenta uma sétima com uma outra dimensão. Jacques Derrida estabelece um programa interminável que passa pela estudo da problematização da ideia do homem, através da análise das Declarações dos direitos do homem e da mulher e do conceito de 'crime contra a humanidade', a que chama 'produções performativas do direito' (tese 1), bem como da história da ideia de democracia e de soberania, objecto do seu último livro, *Voyous*, recentemente publicado. Na terceira tese, preconiza-se a análise de problemas relacionados com a história de 'professar', da 'profissão' do professorado, relacionados com a questão da soberania. A tese número quatro, que propõe o estudo da história da literatura enquanto conceito e instituição moderna ligada ao direito de poder dizer tudo, anuncia a tese seguinte que parece constatar o fim de uma certa figura do professor, da sua autoridade e da sua necessidade enquanto alguém que exerce um saber e que manifesta uma fé no saber, através do aparecimento de uma figura que faz com que as coisas aconteçam, isto é, que produz uma obra singular. Finalmente, a sexta tese preconiza a desconstrução da herança de Austin, a distinção entre actos constativos e performativos. A última palavra do livro propõe um programa de resistência para uma Universidade, cuja incondicionalidade faz com que facilmente se venda sem condições e que deve ser fundada na sua capacidade de se aliar a forças extra-académicas, 'para opor uma contra-ofensiva inventiva, pelas suas obras, a todas as tentativas de reapropriação (política, jurídica, económica, etc), a todas as outras figuras da soberania'.

Num momento em que perante o nosso olhar desaparece a Universidade orientada para o conhecimento, substituída pela Universidade vocacionada para o mercado, o livro de Jacques Derrida, para além da denúncia que efectivamente é, e do tom apocalíptico que quase adopta, apresenta um projecto fun-

dador, em nome da desconstrução, definida como 'aquilo que acontece' – o que 'extravasa, expõe, excede a força performativa'. Num certo sentido, por aquilo que está em jogo, por aquilo que se promete ou pela profissão de fé que consigo transporta, esta obra apresenta-se também como um legado (um testamento?) às gerações futuras, àqueles que ainda não conhecemos. Parte do presente e do passado da Universidade, da sua ideia e da sua razão de ser, de todo o trabalho teórico de Jacques Derrida, dos conceitos que lentamente se foram elaborando ao longo dos anos e de cuja complexidade não se pôde dar conta nesta recensão, para se afirmar como acontecimento, como uma espécie de esperança radical no impossível. É um livro construído através de um conjunto impressionante de interrogações, devolvidas ao leitor de uma forma brutal na última frase: 'Levem o tempo de que precisarem, mas despachem-se a fazer isso, porque não sabem o que vos espera'.

Teresa Sousa de Almeida

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa*

Bent Flyvbjerg. 2001. *Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again*. Cambridge: Cambridge University Press. 204 pp. ISBN: o 521 77568 X.

Empenhado em fazer a ciência social sair da 'Guerra das Ciências' em que se encontra, Flyvbjerg propõe-nos uma praxis de estudo do ser humano e da sociedade ancorada no conceito aristotélico de *phronesis* – a actividade que 'envolve julgamentos e decisões feitas por um actor social ou político virtuoso' (p.2) – desenvolvido por forma a integrar questões de conflito e de poder, na linha de Maquiavel, Nietzsche e Foucault. Desde os anos 80 que muito se tem escrito sobre o impasse em que se encontra a ciência social e sobre o modo de o superar, sobretudo numa linha de crítica às epistemologias racionalista e positivista e de promoção de epistemologias mais pragmáticas e críticas. Parte deste debate tem dado origem a várias polémicas, por vezes bastante encarniçadas, entre cientistas das áreas natural e social, sendo

célebre a suscitada por Alan Sokal e Jean Bricmont (*Imposturas Intelectuais*, Lisboa, Gradiva, 1999) e, entre nós, a que recentemente opôs António Manuel Baptista e Boaventura Sousa Santos (A. M. Baptista – 2002, *O Discurso Pós-moderno Contra a Ciência: Obscurantismo e Irresponsabilidades Intelectuais*, Lisboa, Gradiva – ataca, sem peias, o pensamento de B. S. Santos sobre a pós-modernidade na ciência – 1987, *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento – tendo originado uma acesa polémica veiculada nos media). Apesar da citação profusa de filósofos que se inserem numa perspectiva mais reflexiva, crítica e/ou pragmática (Nietzsche, Wittgenstein, Habermas, Foucault e Rorty são os casos mais salientes), Flyvbjerg não situa o seu argumento no plano epistemológico mas no plano da praxis.

A obra é composta por duas partes. Na primeira, intitulada 'Porque é que a ciência social falhou como ciência', o autor tem como objectivos demonstrar a impossibilidade de a ciência social produzir teoria universal e preditiva – e, portanto, de ter um desenvolvimento estável e cumulativo –, bem como o papel incontornável do contexto no estudo dos fenómenos humanos. O seu ponto de partida é o modelo fenomenológico da aprendizagem humana formulado por Hubert e Stuart Dreyfus, através do qual mostra a importância do contexto, do corpo e da intuição nos níveis mais elevados da aprendizagem (os do virtuosismo), ultrapassando mesmo, em eficácia de resultados, a racionalidade analítica (baseada na aplicação de regras descontextualizadas e que domina os primeiros níveis da aprendizagem). Seguidamente, discute os vários argumentos que se têm apresentado sobre a possibilidade ou impossibilidade de se produzir teoria em ciência social: o pré-paradigmático, o hermenêutico-fenomenológico, o da contingência histórica e o das 'competências tácitas'. Este último, referenciado aos irmãos Dreyfys e a Pierre Bourdieu, acha que é 'o mais geral e o mais rigoroso dos quatro' e é sobre ele que fundamenta o seu argumento de que é impossível em ciência social fazer teoria preditiva, uma vez que a 'relação dependente e aberta entre contextos e acções e interpretações não se pode encerrar em regras' (pp.47-8). É a não aceitação deste facto que origina perplexidades como, por exemplo, a que atravessa as actuais tentativas de explicar por que é que o colapso dos regimes comunistas da Rússia e